



**PLANO
NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO
DA CADEIA DO
FEIJÃO E
PULSES**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

**PLANO
NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO
DA CADEIA DO
FEIJÃO E
PULSES**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

BRASÍLIA – DF
2018

Blairo Borges Maggi

Ministro de Estado

Eumar Roberto Novacki

Secretário - Executivo

Ricardo da Cunha Cavalcanti Junior

Assessor Especial - MAPA

Fernando José de Pádua Costa Fonseca

Assessor Especial - MAPA

Tiago Stefanello Nogueira

Presidente do Conselho Brasileiro do Feijão e Pulses

Marcelo Eduardo Lüders

Presidente do Instituto Brasileiro do Feijão e Pulses

Roberto Carsalade Queiroga

Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do
Feijão do - MAPA

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

O “Plano Nacional de Desenvolvimento da Cadeia do Feijão e Pulses” é muito mais que um plano de Governo.

É uma iniciativa estratégica do setor privado que conta com o apoio do Governo Federal.

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

Prefácio



Quando o assunto é agronegócio, ninguém se arrisca a duvidar da posição de destaque que o Brasil ocupa entre os produtores e exportadores mundiais. Ano a ano, nossa produção avança, impulsionando a economia, proporcionando uma vida melhor para o homem do campo e garantindo que milhões de pessoas mundo afora tenham acesso à alimentação e a outros bens derivados dos nossos produtos agrícolas.

Não é demais dizer que nós alimentamos grande parte da população mundial, já que nossos produtos chegam a todos os mercados do planeta.

Conhecedor da capacidade produtiva brasileira, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA está sempre focado em estudar as tendências para o agronegócio, explorar aqueles setores que podem crescer ainda mais e apoiar iniciativas inovadoras.

Dentro desse contexto, fizemos uma viagem à Ásia em 2016, para ver de perto as possibilidades de um mercado que só cresce. Lá, fomos convidados a direcionar o nosso olhar para outros produtos, que eram praticamente inexistentes na nossa pauta de exportação. É o caso do feijão e dos pulses.

Depois de detectar que o Brasil poderia atender a demanda crescente da Ásia, representada principalmente por grãos secos, nasceu a iniciativa de colaborar com o setor privado na elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Cadeia do Feijão e Pulses – PNDCFP.

Seu objetivo estratégico é fomentar o interesse dos produtores pela organização e desenvolvimento da cadeia produtiva. Ele estabelece um ponto de partida, com diagnóstico aprofundado da atual situação produtiva, das

principais barreiras, dificuldades e potenciais.

As metas prioritárias do Plano são: o incremento da produção focada em variedades diversificadas de pulses, como o grão-de-bico Kabuli e tipo Desi (este último um grão menor e com mais fibra), lentilhas de diferentes cores (preta, verde e vermelha), etc, para abastecimento dos mercados interno e externo; a promoção nacional para aumentar o consumo interno de feijões e a elevação das exportações de feijões e pulses ao patamar de 500 mil toneladas ao ano até 2028.

O PNDCFP tem como espinha dorsal 12 (doze) temas prioritários: governança da cadeia produtiva; pesquisa, desenvolvimento e inovação; sanidade vegetal; política agrícola; internacionalização da atividade; saúde pública (segurança alimentar); melhorias na legislação; processamento e industrialização; infraestrutura e logística; boas práticas agrícolas e agregação de valor; assistência técnica e extensão rural; e, por fim, o arroz como parceiro ideal do feijão na alimentação do brasileiro.

O feijão é um ícone da cultura alimentar nacional, está diariamente na mesa de todos os brasileiros. O grão tem alto valor nutritivo, é rico em proteínas vegetais, ferro, sais minerais e fibras. As características nutricionais já seriam fortes o suficiente para o MAPA se preocupar em manter esse item na alimentação brasileira e expandir o seu consumo em outros países.

O desafio está lançado! O MAPA está extremamente motivado com esse novo horizonte que se descortina para a agricultura nacional e não poupará esforços para apoiar a cadeia produtiva de feijão e pulses.

BLAIRO MAGGI

Ministro de Estado do
Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento.

Sumário



1. INTRODUÇÃO	8
2. CONTEXTUALIZAÇÃO	11
3. OBJETIVO ESTRATÉGICO	17
4. PLANEJAMENTO SETORIAL	19
5. TEMAS PRIORITÁRIOS	21
5.1 Governança da Cadeia Produtiva	22
5.2 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	27
5.3 Sanidade Vegetal	29
5.4 Política Agrícola	30
5.4.1. Seguro Rural	30
5.4.2. Contrato de Opção	30
5.4.3. Preço Mínimo	31
5.4.4. Utilização de Sementes	31
5.4.5. Grãos Exportáveis e Aquisições da Conab	32
5.5 Internacionalização da Atividade	32
5.6 Saúde Pública (Segurança Alimentar)	34
5.7 Melhorias na Legislação	35
5.8 Processamento e Industrialização	36
5.9 Infraestrutura e Logística	37
5.9.1 Linhas de Crédito para Armazenagem	38
5.9.2 Cluster e Clubes de Exportação em Regiões Periféricas	38
5.10 Boas Práticas Agrícolas e Agregação de Valor	38
5.11 Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	39
5.12 O Arroz como Parceiro do Feijão	40

1. Introdução



Setenta por cento dos brasileiros consomem feijão diariamente, atingindo um consumo médio por pessoa de 17 (dezessete) quilos por ano deste grão que é o símbolo da culinária brasileira.

Atualmente o Brasil é o maior provedor do grão no mundo, contando com 03 (três) safras anuais de feijões: “safra das águas”, “safra da seca” e “safra de inverno”. Presente em praticamente todos os Estados da Federação, a média anual total supera recorrentemente mais de três milhões de toneladas do grão.

Apesar de ser classificado pela população, em grande maioria, apenas nos grupos (ou tipos) “carioca” e “preto”, existem dezenas de variedades disponíveis para o consumidor. São feijões e mais feijões com características, cores e formatos diferentes.

Recentemente, passaram a associar-se à cadeia do feijão os chamados “pulses” - também conhecidos mundialmente como leguminosas de grãos secos. Grupo de 12 (doze) culturas que inclui, além dos feijões, as ervilhas secas, grão-de-bico e lentilhas. Alimentos ricos em fibras, proteínas e vitaminas, fornecem aminoácidos e são culturas saudáveis. São cada vez mais reconhecidos como base de uma dieta sustentável.

Em 2015 foram gastos com a importação de lentilhas um valor próximo a 11 milhões de dólares. Essa importação ocorre devido, principalmente, à falta de interesse nacional em estimular a produção, bem

como a inexistência de tradição de cultivo por parte de nossos agricultores.

O papel dessas leguminosas é cada vez mais importante e estratégico para a segurança alimentar. Sendo o feijão a maior fonte de proteína e nutrientes depois da proteína animal, fundamental, portanto, para um planeta cada vez mais populoso e que deverá ser mais sustentável e funcional.

Destaca-se, por ora, apenas os benefícios econômicos e sociais, em especial dos pulses, mas deve-se também considerar a importância dessas culturas para a produtividade no campo, destacando a sustentabilidade do solo, a baixa demanda hídrica e o alto valor agregado, que garantem mais renda para o agricultor brasileiro. A diversificação de culturas favorece o equilíbrio sanitário e colabora para que pragas e doenças não se desenvolvam de forma sucessiva.

Assim, como as demais cadeias do agronegócio brasileiro, a do feijão e dos pulses envolvem diferentes atores-chave. São eles: empresas de pesquisa, produtores de sementes, produtores rurais, cerealistas, cooperativas, empacotadores, importadores, exportadores e fornecedores de insumos.

Há, historicamente, carência de políticas públicas que garantam o enfrentamento das dificuldades para o crescimento e difusão da cultura no Brasil, razão pela qual a organização da cadeia e a articulação com os órgãos de Governo se tornam

cada vez mais essenciais na busca por soluções para os gargalos do setor. A cadeia do feijão e dos pulses pode ganhar contornos de importância no agronegócio brasileiro, deixando de ser apenas uma cultura de rotação.

Embora faça parte da mesa de quase todas as famílias brasileiras, há mais de 10 (dez) anos a produção agrícola e o consumo de feijão no país continuam os mesmos. O setor produtivo se ressentido de uma estratégia específica voltada para o desenvolvimento do setor.

A estruturação de uma Agenda de Trabalho da cadeia produtiva, em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, permitirá ampliar as discussões das questões conjunturais,

bem como pensar no futuro, construir projetos visando enfrentar as questões estruturais em prol da competitividade e sustentabilidade. É necessário imaginar um ambiente interno equilibrado para fomentar a produção com qualidade e sustentabilidade, garantir renda e ganhos para todos players envolvidos, e, por fim, fortalecer o papel do Brasil como maior fornecedor mundial de alimentos.

O Plano de Desenvolvimento pretendido, que começa com um amplo diagnóstico do setor, pode ser entendido como um “Marco Zero” para a cadeia do feijão e dos pulses, e o nível de motivação é máximo junto às entidades e órgãos que colaboraram para a consolidação do presente documento.



2. Contextualização



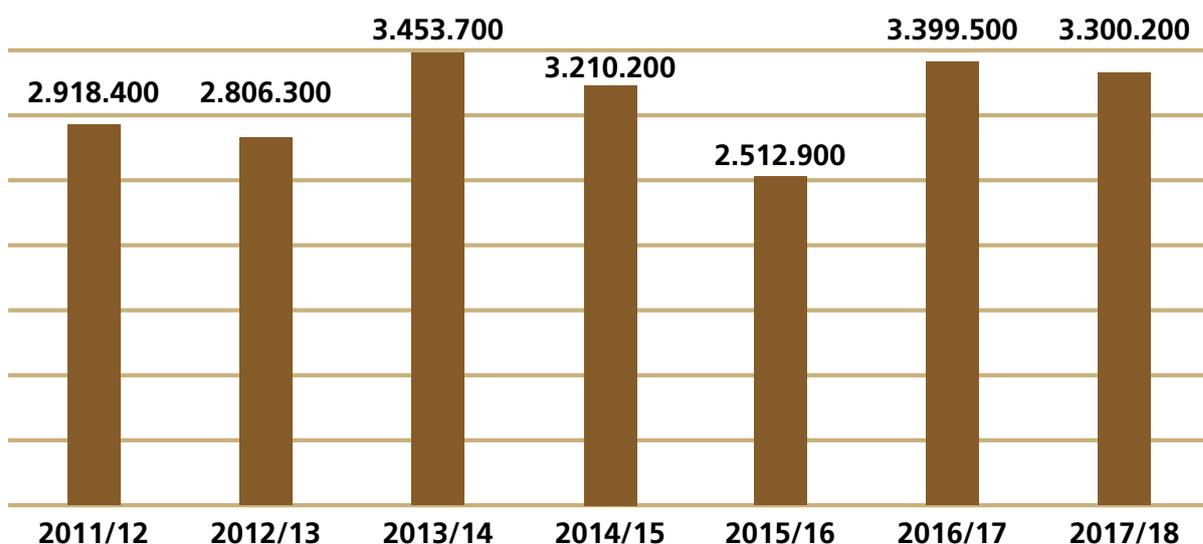
O agronegócio é um dos pilares que sustentam a economia brasileira. Mais de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) correspondem aos negócios do campo – valor que inclui toda a cadeia produtiva (insumos, agropecuária, indústria e serviços). As exportações do agronegócio alavancam o desenvolvimento interno, pois exigem investimentos em tecnologia, maquinário, capital humano, pesquisas e infraestrutura de escoamento. Esses elementos que garantem produtividade, empregos e divisas para o País.

O peso do campo na economia brasileira demonstra a força das suas cadeias produtivas. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, com base nas estimativas do valor bruto de produção para o ano de 2017, a cadeia do feijão deverá movimentar cerca

de R\$15,5 bilhões, à frente do arroz, laranja e fumo, setores tradicionais que contam com forte indústria de beneficiamento e canais consolidados de exportação.

A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em seu Balanço Anual de 2017 e Perspectivas para 2018, avaliou a cultura do feijão e dos pulses apontando para estabilidade da produção. A Confederação destaca, ainda, a produção do feijão-caupi como opção de segunda safra na região do MATOPIBA (Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) e Centro-Oeste. As perspectivas para 2018, segundo a CNA, indicam, ainda, aumento dos estoques e um crescimento no comércio exterior de 22%, projetando embarques de aproximadamente 130 mil toneladas.

Produção total de feijões no Brasil – 2011/12 a 2017/2018 (toneladas)



Fonte: Conab / Elaboração IBRAFE

No âmbito mundial, a cultura do feijão ainda apresenta pouca expressão comercial, uma vez que quase todos os países produtores são também grandes consumidores, o que torna pequeno o excedente exportável, gerando um comércio internacional ainda bastante restrito. Outra razão para o baixo comércio internacional de feijão é a ampla variedade

de tipos de feijão, assim como as diferenças de hábitos alimentares entre os países e até entre suas regiões. Os 06 (seis) principais países produtores de feijão seco, que juntos são responsáveis por cerca de 61% da produção mundial, segundo dados da FAO, são: Brasil, Índia, Myanmar, China, Estados Unidos (EUA) e México.

Produção mundial de feijões – 2009 a 2013 (toneladas)

Países	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	3.502.700	3.322.500	3.732.800	2.918.400	2.806.300
Índia	3.375.000	3.530.000	3.750.000	3.900.000	3.800.000
Myanmar	2.430.000	4.890.000	4.330.000	3.710.000	3.630.000
China	1.480.000	1.330.000	1.572.000	1.550.000	1.400.000
EUA	1.150.310	1.442.470	902.196	1.448.095	1.110.668
México	1.041.350	1.156.251	567.779	1.080.857	1.294.634
Outros	8.233.017	8.144.903	8.356.243	9.310.151	9.097.402
Total	21.212.377	23.816.124	23.211.018	23.917.503	23.139.004

Fonte: FAO / Conab

O principal feijão produzido pelo Brasil é o tipo “Carioca”, que apesar de ter a preferência nacional, ainda não tem boa aceitação no mercado externo. Ao contrário do feijão-caupi, tradicionalmente conhecido como feijão de corda e cultivado principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que ganhou importância na pauta de exportações. Há 10 (dez) anos o feijão-caupi, classe comercial branca, tem sido exportado especialmente para países asiáticos, tendo a Índia como principal importador nos últimos anos, e atingindo cerca de 50% das importações.

Em 2015, segundo dados do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Alice Web), o Brasil exportou em torno de 120 mil toneladas de feijão-caupi para o mundo.

Nos últimos anos os pulses têm despertado interesse mundo afora. O grão-de-bico brasileiro, por exemplo, teve seu primeiro embarque para o exterior em 2016. Produzido no Centro-Oeste, aonde médios e grandes produtores rurais com maior profissionalização têm alcançado excelentes produtividades (duas a três vezes a média mundial), a cultura tem

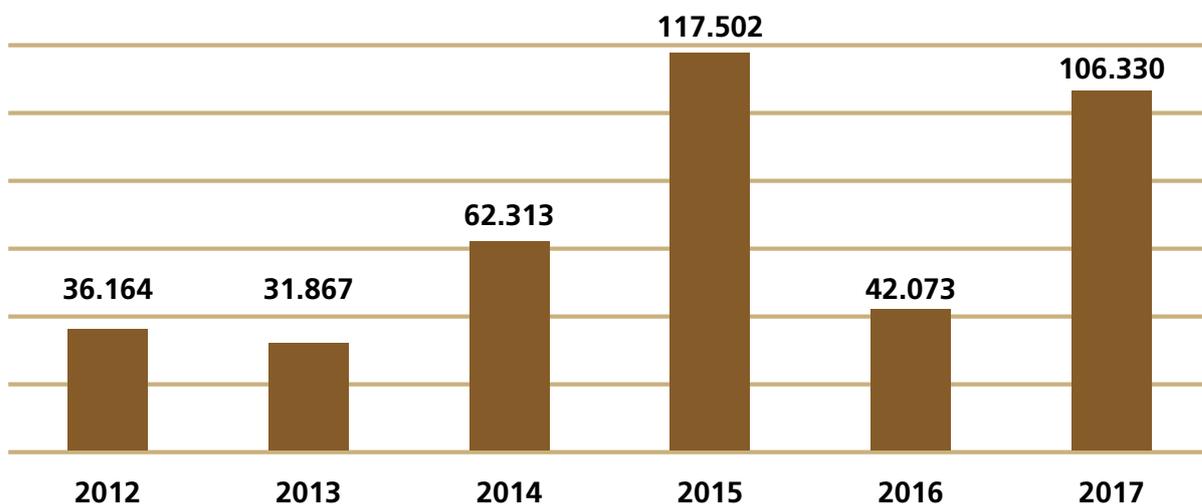
conseguido maior rentabilidade em relação a outras leguminosas (feijão e soja, para exemplificar).

O mercado asiático tem demandado grandes volumes dessas leguminosas, especialmente de feijão-caupi, lentilha e grão-de-bico. Grande consumidora desses grãos (ricos em proteínas), a Índia não consegue de forma continuada, por meio de produção interna, atender ao seu consumo, necessitando de frequentes importações. O País, cuja produção ultrapassou a da China que é o mais populoso do mundo, tem uma demanda interna de pulses de ordem superior à 10 (dez) milhões de toneladas por ano. Vale ressaltar, que mais da metade dos indianos é formada por vegetarianos

e esses produtos formam a base de toda sua alimentação. Os pulses estão presentes em todas as refeições do povo indiano, desde o café da manhã, almoço e até no jantar.

O Brasil, assim, pode ocupar esse espaço para se tornar um grande exportador desses grãos. Hoje o Brasil importa praticamente 100% do grão-de-bico consumido internamente. Portanto, havendo o crescimento dessa produção, além de suprir o seu próprio mercado, tal leguminosa poderá ainda ser exportada para Ásia, Américas, etc. Para essa conquista de mercados é fundamental o investimento em sementes de qualidade e produção regular, no intuito inclusive de atender às entressafras internacionais.

Exportações brasileiras de feijões – 2012 a 2017 (toneladas)



Fonte: Secex / Elaboração IBRAFE

O Instituto Brasileiro do Feijão e Pulses (IBRAFE) aponta a diversificação do feijão como uma das soluções para o incremento das exportações. No Brasil, de 60 a 80% do feijão produzido é do tipo “Carioca”, mas se plantam também feijão preto, rajado, jalo, vermelho, bolinha e feijão-caupi (ou feijão-de-corda). Essa diversificação é um indicativo da necessidade de contínuos investimentos nas pesquisas de novas cultivares mais resistentes às pragas, à tropicalização (adaptação) de cultivares de interesse dos países importadores e à estabilidade dos preços finais para o consumidor no mercado interno. Nessa esteira, em menos de uma década a população brasileira chegará aos 220 milhões de habitantes, se o consumo permanecer estabilizado na casa dos 16 a 17 quilos per capita, como indica o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a demanda de abastecimento interno precisará de um incremento de mais de 400 mil toneladas/ano, ou seja, crescimento de 12% em relação aos dados oficiais da safra 2017/2018.

Tecnologia, conhecimento e terra o Brasil já tem, o que é necessário neste momento é que o mundo conheça cada vez mais o potencial produtivo e seus produtos. Alguns exemplos de análise de mercado e estratégia podem ser citados, como por exemplo, a Argentina, que em curto espaço de tempo tornou-se grande exportadora de grão-de-bico, feijão mungo, entre outros.

O Brasil produz feijão em todas as regiões, porém os Estados do Paraná (PR) e Minas Gerais (MG) sozinhos abastecem 42% deste total. O feijão-caupi, já produzido tradicionalmente nas regiões Norte e Nordeste, há cerca de 11 (onze) anos, vêm encontrando nas cultivares da Embrapa bom desenvolvimento na região Centro-Oeste. O Estado do Mato Grosso exportou para Ásia, em 2015, 120 mil toneladas desses grãos, com destaque para as variedades BRS Guariba, BRS Novaera e BRS Tumucumaque, ambas de grãos brancos e hilo marrom; a variedade BRS Imponente, recém lançada, de grão extragrande, abre também boas perspectivas para exportação.

No entanto, o Estado de Goiás e Distrito Federal já iniciaram o cultivo da cultura do feijão-caupi em escala. O Nordeste continua com baixíssima produtividade, uma vez que possui lavouras de subsistência sem aplicação de manejos adequados, bem como de novas tecnologias agronômicas e sementes.

O feijão-rajado tem atualmente dois polos de produção, sendo um no noroeste de Minas Gerais e outro no sudoeste do Paraná. Novas variedades que foram lançadas recentemente, como o Nuance, do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), podem significar um salto em termos de adequação ao mercado mundial. Essa cultivar vem a ser o cranberry plantado nos Estados Unidos, Canadá e Argentina, com consumo importante na Europa e Ásia. Já o dark red kidney, com cultivares

como BRS Embaixador, da Embrapa, vem encontrando bom desenvolvimento no Paraná, Rio Grande do Sul e, mais

recentemente, sob irrigação, no noroeste de Minas Gerais.

Tipos de feijão na produção brasileira – média 2016/2017 (toneladas)

TIPOS DE FEIJÃO	QUANTIDADE	%
Feijão-carioca	2.310.000	66,32
Caupi	564.000	16,19
Feijão-preto	495.000	14,21
Feijão-rajada	44.000	1,26
Feijão-vermelho	41.800	1,17
Alubia	15.000	0,43
Feijão-rosinha	6.600	0,20
Feijão-blinha canário	3.300	0,11
Feijão-jalo	3.300	0,11

Fonte: Conab / Elaboração IBRAFE



3. Objetivo Estratégico



As culturas em tela são consideradas como de grande potencial estratégico para a participação efetiva do Brasil como o maior player fornecedor de alimentos no mundo. A pouca importância comercial que era dispensada aos produtos no âmbito mundial, aliada à falta de um real conhecimento do seu mercado e ao pequeno consumo entre os países do primeiro mundo, limitou por muito tempo a expansão do comércio internacional do feijão e dos pulses.

O objetivo deste Plano Nacional de Desenvolvimento da Cadeia de Feijão e Pulses (PNDCFP) é fortalecer e subsidiar o Governo Federal e o setor privado na tomada de decisão envolvendo políticas públicas, com foco na organização e no atendimento às demandas dos mercados

interno e externo dessas leguminosas. O diagnóstico setorial passará a ser uma ferramenta de apoio fundamental para o desenvolvimento de planos, ações e projetos específicos, que deverão acompanhar o estabelecimento de indicadores de avaliação e resultado, com o objetivo de mensurar o sucesso das referidas políticas públicas para as culturas.

As ações oriundas do PNDCFP deverão envolver ao máximo todos os atores públicos e privados na consecução dos resultados esperados. É fundamental a permanente interação institucional, política e técnica das entidades setoriais interessadas com os órgãos de governo, sejam eles federais, estaduais ou municipais.

São objetivos prioritários a serem perseguidos pela cadeia do feijão e dos pulses:

- I. Incremento da produção focada em variedades diversificadas de pulses, em acréscimo às usuais de grão de bico, lentilha e ervilha, na ordem de 20%, para abastecimento dos mercados interno e externo;
- II. Promoção nacional visando ao aumento de 5kg per capita no consumo anual de feijões;
- III. Aumento das exportações de feijões e pulses ao patamar de 500 mil toneladas/ano até 2028.



4. Planejamento Setorial

Entidades que possuem alta representatividade conseguem garantir atenção para as suas commodities e produtos, em todos níveis de governo e de mercado. Para tornar o setor forte e longo, é fundamental instituições estruturadas, atuantes e políticas públicas continuadas. É vital a manutenção permanente do diálogo e dos ambientes de negociação. Os fóruns de debate público-privado, como as Câmaras Setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e as Comissões Nacionais da Confederação Nacional da Agropecuária (CNA), são as arenas ideais para fomentar de forma continuada o setor como um todo.

A cadeia produtiva do feijão e dos pulses possui duas fortes entidades de representação exclusiva dos interesses: o Instituto Brasileiro do Feijão e Pulses (IBRAFE), com sólida formação técnica e forte atuação na promoção de negócios

e debates nacionais, envolvendo todos os stakeholders da cadeia; e o Conselho Brasileiro do Feijão e Pulses (CBFP), constituído a partir da necessidade de implementação de uma ação governamental e institucional mais dirigida aos órgãos do Governo Federal. É importante salientar que se está lidando com “alimento”, sendo necessário observar aspectos como quantidade, qualidade e tempo certo. Alimento é segurança nacional e de saúde pública, razão pela qual o feijão e os pulses são produtos que o governo brasileiro tem dispensado maior atenção e apoio institucional. Destaca-se, ainda, que o feijão e os pulses são mais uma cultura no leque de opções do produtor rural brasileiro. Com isso, essas culturas ganham mais parceiros em cadeia, uma vez que estará cada vez mais presente no planejamento das lavouras, antes exclusivas da soja, algodão, milho e outras leguminosas.



5. Temas Prioritários



5.1 Governança da Cadeia Produtiva

O desenvolvimento do feijão e pulses precede à organização de um ambiente de diálogo e entendimento entre todos os atores envolvidos. A cadeia produtiva, representada pelos pesquisadores, produtores de sementes, fornecedores de insumos, produtores rurais, cerealistas, empacotadores e exportadores, deverá empreender esforços conjuntos para realizar todos os objetivos propostos pelo PNDCFP.

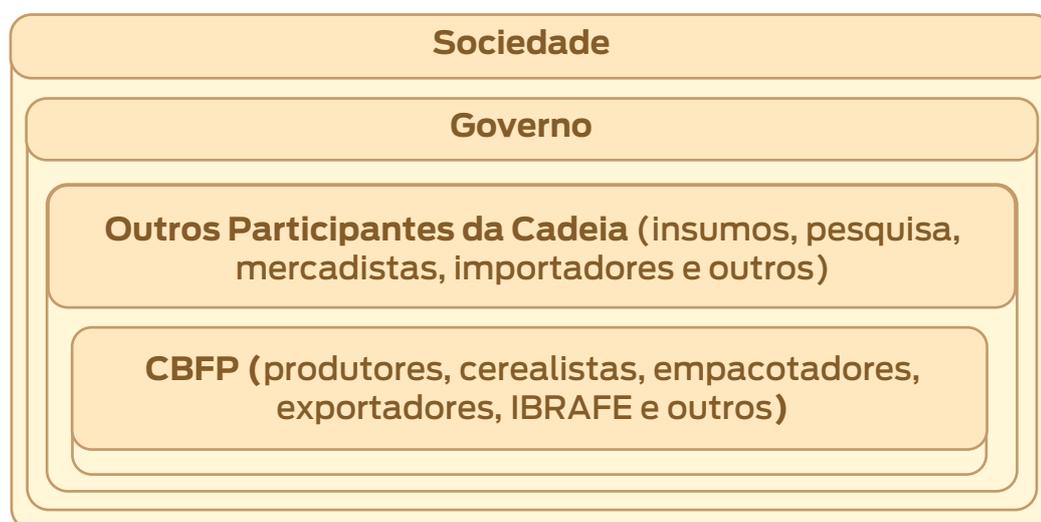
O trabalho realizado pela cadeia permitirá um monitoramento permanente de cada ação governamental e privada que recaem sobre o setor, além daquelas programadas e necessárias ao cumprimento dos objetivos do presente Plano.

Para atender às necessidades de governança da cadeia, o Conselho Brasileiro do Feijão e Pulses (CBFP),

que congrega diferentes entidades representativas da cadeia produtiva do feijão e pulses, abrigará as discussões permanentes de cumprimento dos objetivos do Plano. Nesse fórum, ou em outros que se apresentarem necessários, serão submetidos os temas estruturantes da cadeia, com a manutenção contínua de um diálogo com as áreas competentes do governo, objetivando garantir que as prioridades do setor vençam a inércia característica da burocracia estatal.

Os esforços empreendidos para o sucesso da concretização do Plano nunca se esgotarão em apenas um ambiente de representação da cadeia, porém, a participação de uma entidade para impulsionar os trabalhos será necessária para a coordenação e manutenção de um diálogo institucional com outros participantes da cadeia, governo e sociedade.

Infográfico 1: CBFP e Demais Integrantes da Cadeia Produtiva



Os temas aqui elencados são os prioritários para as ações de desenvolvimento e promoção da “Cadeia Produtiva de Feijão e Pulses”. Todos eles objeto de intensos debates, diagnósticos e sugestões pelos atores do setor.

No âmbito do Conselho Brasileiro de Feijão e Pulses (CBFP), as atuais entidades participantes, Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (ACEBRA), Associação dos Produtores de Soja do Mato Grosso (APROSOJA-MT), Instituto Brasileiro de Feijão (IBRAFE), Sindicato Rural de Sorriso (SRS-MT), e representantes privados de empacotadores, exportadores e sementeiros, apresentam os principais gargalos que dificultam o desenvolvimento da atividade, desde os tratamentos culturais até a comercialização, além de identificar as oportunidades de ampliar a participação no mercado interno, via programas de incentivo ao consumo, e de promover a abertura de novas frentes de exportação.

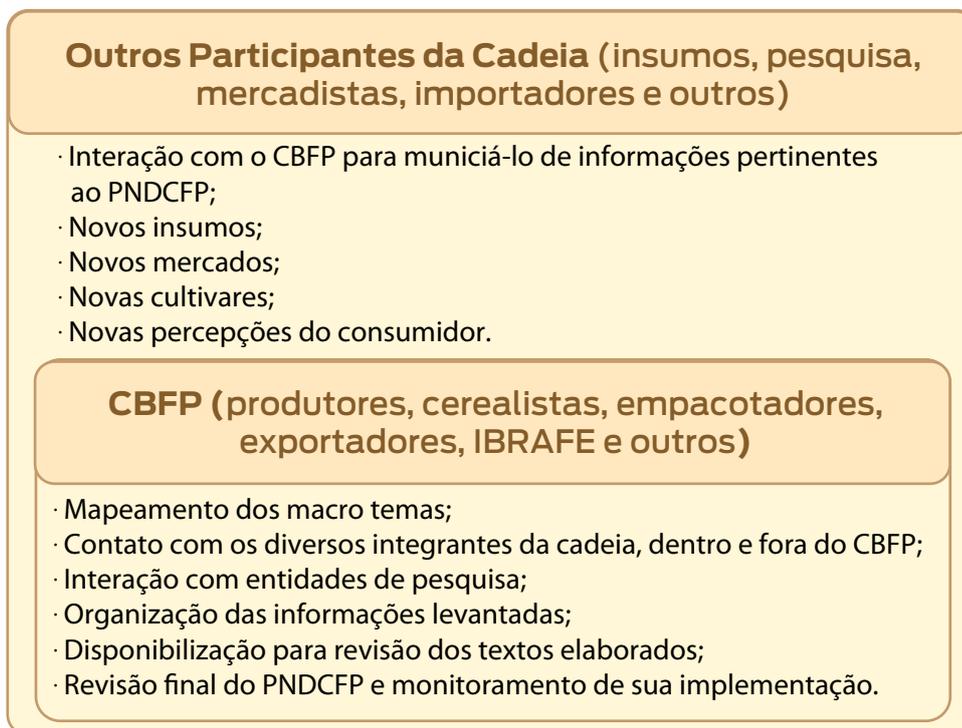
Os levantamentos iniciais desse grupo de entidades e empresas, que criou o CBFP, identificaram inicialmente os seguintes pontos macro de relevância para a elaboração do PNDCFP. Sendo que tais pilares não esgotaram as outras frentes e desafios que vierem a ser conhecidos durante o desenvolvimento do Plano. São eles:

1. Política agrícola (preço mínimo, seguro rural, armazenagem e instrumentos de comercialização);
2. Insumos agropecuários (registros, sementes certificadas, pesquisa e inovação);
3. Mercado interno (programa de incentivo ao consumo de feijão e pulses no país);
4. Mercado externo (identificação de mercados potenciais, promoção dos produtos nacionais e eliminação de barreiras comerciais);
5. A própria organização da cadeia e atenção aos temas correlatos à agricultura brasileira e demais questões regionais.

Para cada macro tema foram identificados interlocutores, entre os integrantes da cadeia produtiva, para subsidiar o CBFP de informações de interesse à consecução do PNDCFP, conforme gráfico adiante. Registre-se, ainda, que o levantamento desses temas não é fator limitador para novos diagnósticos de terceiros.



Infográfico 2: CBFP e Demais Integrantes da Cadeia Produtiva



Uma vez identificados os temas relevantes a serem perseguidos pela cadeia produtiva e submetidos à aprovação por todos os seus atores, é necessário um diálogo com os participantes governamentais, tendo em vista que muitas ações definidas pelo PNDCFP dependem diretamente da adoção de políticas públicas específicas a serem incorporadas pela agenda governamental.

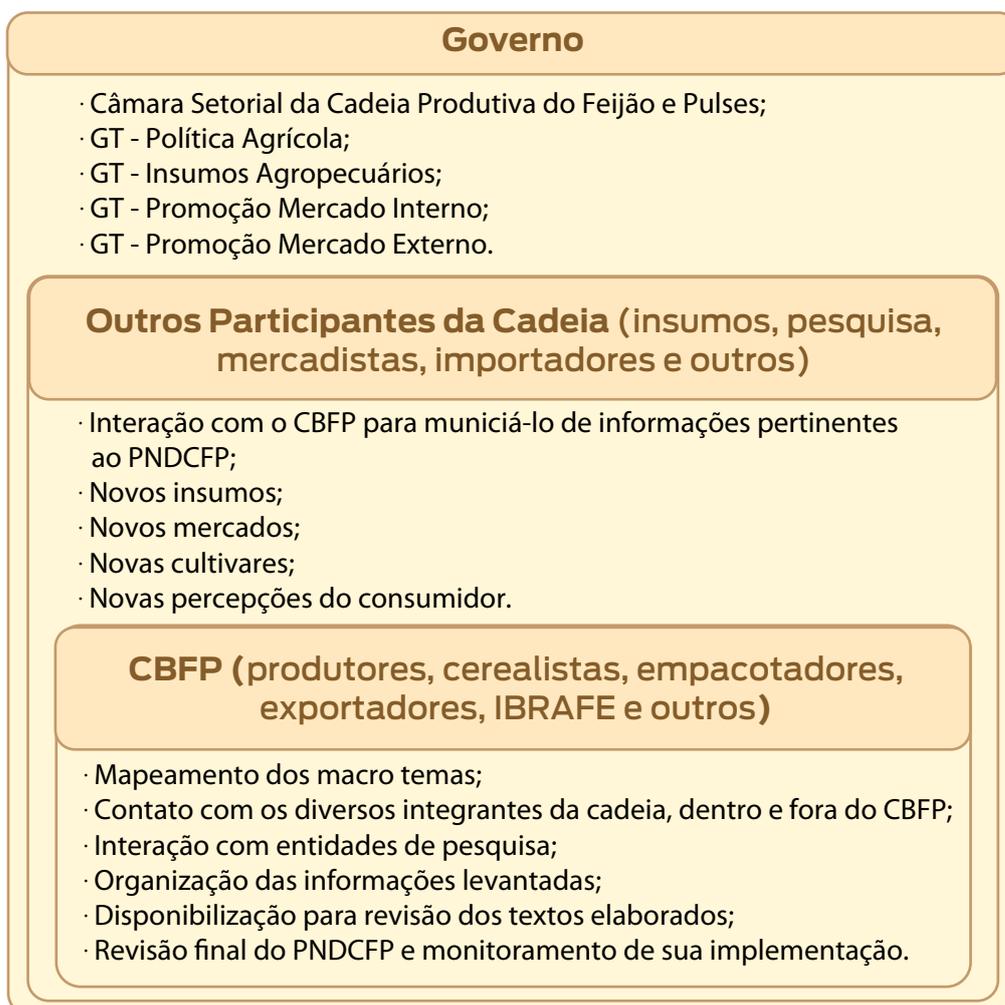
Para esses fins, destaca-se a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Feijão, colegiado com representantes da cadeia produtiva, MAPA e iniciativa privada, onde são levantados todos os temas relevantes e que a partir do advento do

PNDCFP, ocupará parte expressiva de sua agenda para dialogar com o MAPA em relação aos pontos apontados pelo Plano.

Outros veículos de interlocução serão Grupos de Trabalhos Temáticos continuados, envolvendo a participação de representantes do governo e da cadeia produtiva em suas áreas de competência, que se dedicarão à avaliação da evolução das políticas implementadas pelo PNDCFP. Abaixo seguem os temas relacionados aos Grupos de Trabalho – GT:

1. Política Agrícola;
2. Insumos Agropecuários;
3. Promoção Mercado Interno e;
4. Promoção Mercado Externo.

Infográfico 3: Cadeia Produtiva e os Gestores Públicos



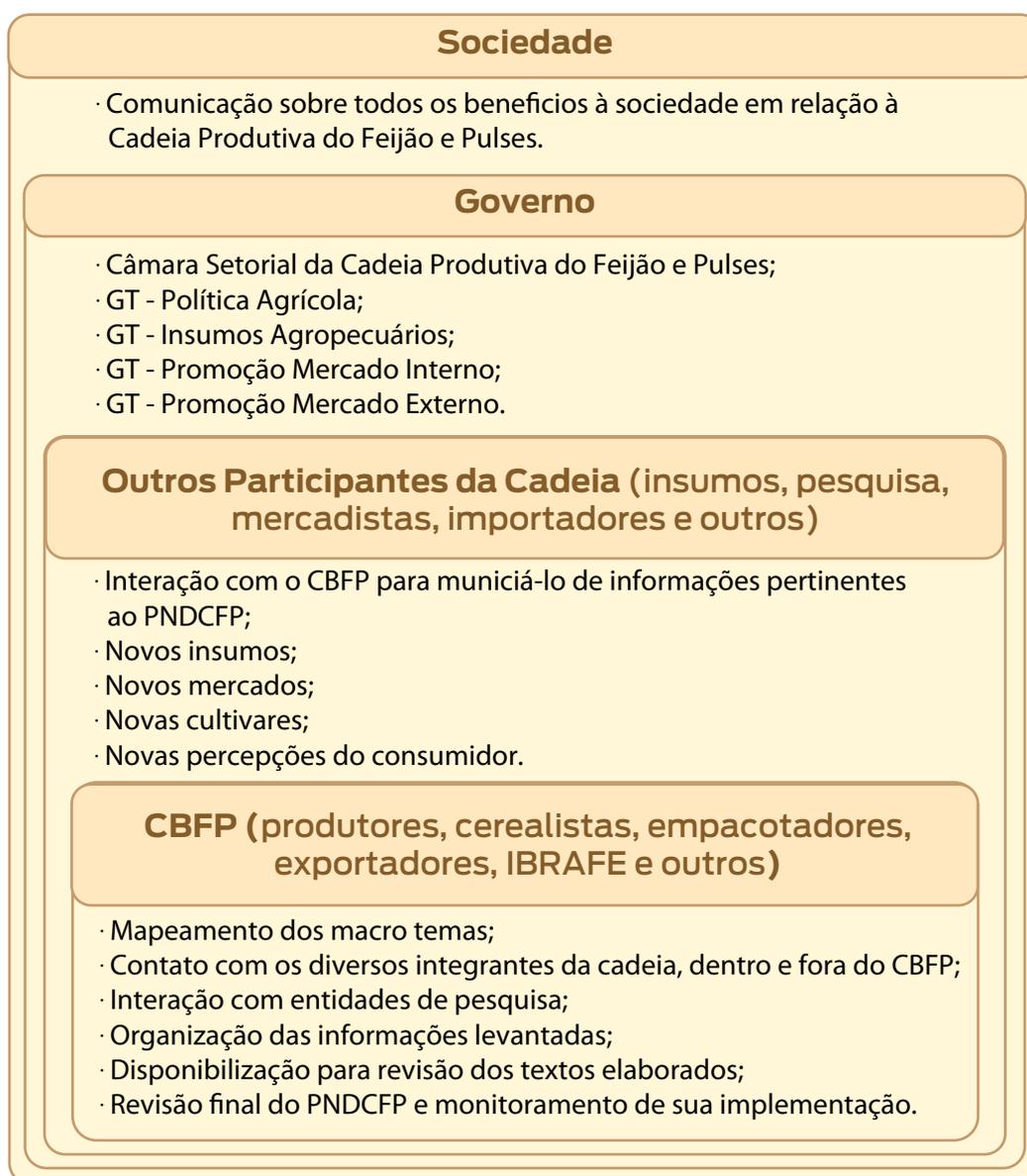
A simples formalização do PNDCFP não é suficiente sem o engajamento ou a percepção da sociedade, no sentido de que todos ganham com tal iniciativa. Para isso, é necessária uma comunicação permanente da cadeia produtiva com a sociedade, nos diversos meios possíveis, para destacar os seguintes pontos positivos a ela afetos:

1. O feijão é uma identidade nacional, produto que remete às referências culturais da família brasileira;
2. Seus benefícios nutricionais são atestados por diversas pesquisas científicas;
3. O potencial no mercado externo é expressivo. O Brasil, por ser um país com vocação para o agronegócio, deve se voltar ao cultivo de pulses, uma vez que se trata de uma das culturas mais consumidas no mundo, principalmente nos grandes mercados em expansão;

4. O cultivo de feijão e pulses é extremamente democrático e é executado por todos os perfis fundiários, de pequenos até grandes produtores rurais.

Para que essas informações cheguem à sociedade brasileira, a cadeia produtiva realizará esforços para empreender uma agenda positiva do feijão e pulses, mobilizando redes sociais, programas culinários, festivais gastronômicos e inserções dirigidas na mídia.

Infográfico 4: Cadeia Produtiva e a Sociedade



5.2 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento para essas leguminosas é fator fundamental para o crescimento da cadeia. A pesquisa continuada é imprescindível para a produtividade, manejo, conhecimento em si da cultura e desenvolvimento de novas cultivares adaptadas para cada região do país. Avanços na sustentabilidade e competitividade são alcançados com inovações e adaptações que passam pelas sementes, plantio, manejo, colheita, armazenagem e distribuição. Observa-se que esse planejamento focado em cadeia é o modelo mais salutar, uma vez que o produto ou o grão em si percorre as mãos de diferentes profissionais e empresas. É um ciclo virtuoso que nasce da semente e da terra, recebe tratamento sanitário, cuidados, insumos e observação, até chegar ao contato com as máquinas e operadores, entrar nos caminhos da logística de distribuição e comercialização, para enfim terminar no prato do brasileiro.

Como case de sucesso destaca-se a Embrapa Meio Norte, com sede no Estado do Piauí, mas que, há mais de dez anos, realiza pesquisas com feijão-caupi em Mato Grosso, visando à produção em grande escala com foco tanto no mercado interno quanto na exportação. Testes de linhagem e validação de cultivares têm sido realizados buscando aqueles materiais que apresentem

alta produtividade, precocidade e uniformização de maturação, arquitetura de planta mais adaptada à colheita mecanizada e, em especial, grãos de qualidade e que atendam aos mercados consumidores.

Sistematizar métodos, identificar e mapear todas as instituições de pesquisa públicas e privadas, com trabalhos relevantes no setor, resgatando todo acervo de pesquisa existente, é o passo inicial necessário para a organização da cadeia de pesquisa e desenvolvimento do feijão e pulses.

Para o alcance de tais objetivos, é salutar que os esforços e ações sejam focados em duas linhas básicas que ora se apresentam: I. aperfeiçoamento contínuo da cultura do feijão; e II. idealização de programas voltados aos pulses e grãos especiais, com ênfase no consumo interno e externo. Para tanto, é importante que sejam observadas as seguintes medidas:

- a) Possibilitar a realização de estudos de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) para os pulses, por meio de diferentes empresas públicas de pesquisa, como a Embrapa e Institutos Agronômicos nos Estados, no intuito de alcançar o desenvolvimento dessas culturas, em conjunto com o suporte fitossanitário e rastreabilidade dos produtos. Com a identificação das regiões aptas ao referido cultivo, conseqüentemente os

produtores terão acesso facilitado às linhas de crédito e seguro rural;

b) A necessidade de fortalecimento e continuidade das pesquisas e de transferências de tecnologias, via editais de fomento específicos para os pulses. A exemplo dos convênios de cooperação da Embrapa com empresas estrangeiras, com vistas à tropicalização de cultivares de grão de bico de interesse do Brasil;

c) Fortalecimento da assistência técnica e extensão rural, a fim de que os resultados de pesquisas sejam implementados nos empreendimentos agrícolas. Produtores com acompanhamento técnico de qualidade irão produzir mais e melhor, contribuindo para um produto de qualidade em prol da alimentação da sociedade brasileira e para os mercados de exportação, que, cada vez mais, exigirão atributos de qualidade que um produtor sem tal orientação dificilmente conseguiria produzir;

d) Incrementar as pesquisas e estudos, em parceria com os Centros de Inovação do Sistema Indústria (Sistema “S”), para utilização da farinha de feijão-caupi e derivados na fabricação de pães, biscoitos, bolos, etc., bem como em formulações para alimentação animal. Para esse tópico destaca-se a importância do envolvimento do Sebrae, na difusão

dessas práticas de industrialização entre os micro e pequenos produtores rurais, no sentido de garantir mais renda para o produtor e modernidade da propriedade;

e) Desenvolver um modelo articulado público-privado, sob responsabilidade da Embrapa, na identificação de demandas para pesquisas técnico-científicas e apresentação periódica para os players interessados, via estrutura disponibilizada pelas Câmaras Setoriais do MAPA. A cadeia dos pulses é hoje a maior demandante de novas cultivares, cuja adaptação e manejo ainda serão compreendidos e difundidos nas diferentes regiões do país;

f) Proporcionar maior eficiência à pesquisa, inovação e transferência tecnológica, por intermédio de reuniões técnicas apoiadas por comissões e subcomissões regionais dos Estados, que contarão com a participação de entidades privadas e públicas, entre elas a Conab, Superintendências do MAPA, associações, cooperativas, universidades e Embrapa. Esses diferentes fóruns, organizados e coordenados, fomentarão uma melhor troca de informações e experiências, permitindo o intercâmbio de metodologias e procedimentos, aliado ao estabelecimento de parcerias e convênios entre as entidades associadas.

5.3 Sanidade Vegetal

É importante salientar a estratégica e relevante necessidade de se intensificar ainda mais os processos e análise dos acordos fitossanitários, que hoje constituem a principal barreira comercial para potenciais países importadores de feijão e pulses. O trânsito vegetal de forma triangulada é negativo para a promoção do Brasil e qualidade e rastreabilidade do produto. A segurança alimentar e sanitária são fatores relevantes na defesa vegetal. É de interesse do Estado Brasileiro ampliar sua participação no mercado fornecedor de alimentos do mundo, ancorando-se em leis de segurança, regulamentos e padrões internos e externos.

Ao encontro do que se pretende avaliar para a cadeia do feijão e pulses, o MAPA já trabalha desde 2016 no seu “Programa de Integridade”, que deverá fomentar a implementação de programas de integridade (compliance) voltados em estabelecimentos agropecuários, de qualquer ramo de atuação, para o cumprimento de normas, regulamentos e legislação, sob a ótica de sustentabilidade, responsabilidade social e ações anticorrupção.

A boa produtividade na agricultura, mesmo apresentando aptidão favorável, pode variar conforme o planejamento realizado, o acompanhamento técnico que já começa na escolha dos insumos, em especial a semente, a tecnologia implantada e, também, as condições

climáticas desde o início da semeadura até a colheita. Na produção interna, o principal desafio para os produtores continua sendo a mosca-branca (*Bemisia tabaci*), vetor do mosaico dourado, que é a principal doença do feijão.

Os nossos mercados potenciais são disputados por países desenvolvidos e, assim como o Brasil, com vocação para o agronegócio. Estados Unidos da América e Canadá também exportam grãos e pulses para a Ásia. É salutar que a cadeia continue se organizando com o objetivo de eliminar gargalos internos que possam dificultar a abertura de mercados, da mesma forma que preparar produtores, empacotadores, cerealistas e exportadores para o acesso aos mercados potenciais.

É fundamental que a cadeia intensifique essas ações, com vistas à padronização e aplicação de regras, boas práticas e protocolos de confiança:

1. O incentivo e conscientização à adoção do vazio sanitário que contribuirá para diminuir a incidência de pragas, amenizando a perda de produtividade em muitas lavouras. Fortalecendo assim ações que envolvam todas as esferas governamentais: municipal, estadual e federal;
2. Celebrar acordos com a iniciativa privada para instalação de canais de denúncia compartilhados, visando facilitar a fiscalização da qualidade, produção e comercialização de sementes;

3. Fomentar a criação e manutenção de “Programas de Autorregulação” focados na qualidade, classificação e certificação dos grãos, atuando junto às empacotadoras e redes de varejo;
4. Agilizar os processos de registro de novos defensivos, buscando desenvolver grupos temáticos integrados por cultura de feijão ou pulses, e atualizando, de forma completa e sistêmica, todas as necessidades para cada grupo de cultura;
5. Elaborar projeto para desenvolvimento de um sistema de rastreabilidade na cadeia produtiva de feijão e pulses, objetivando garantir a qualidade e as boas práticas de produção para o produto comercializado.

5.4 Política Agrícola

Sabe-se que o produtor de feijão está distribuído em praticamente todos os estados e regiões do país e que tem tamanho e estrutura de produção bastante variável. Por outro lado, a comercialização é regida por formadores de preços que tem como principal objetivo os aspectos econômicos e de mercado. Além disso, existem intermediários que influenciam na formação dos preços. Esses elementos são conhecidos assim como descritos, com poucas informações e detalhes de como podem ser trabalhados pensando em organizar a cadeia produtiva.

Essa oscilação do preço do feijão gera perda econômica em alguns anos e lucro extraordinário em outros. A busca por um equilíbrio entre custo e produtividade é um desafio constante para os produtores de feijão, pois muitas vezes, quando se aumenta a produtividade, o custo também é pressionado.

5.4.1 Seguro Rural

O alto risco da produção de feijões é indiscutível. Como todo restante da produção agrícola, a necessidade de seguro é indiscutível. Deve levar em consideração especificidades das microregiões que têm custos distintos. Há relevantes indicativos de que as janelas de plantio não são rígidas, sendo que os ciclos precisam ser melhor analisados todos os anos. Considera-se que não há mais como postergar a implementação de proteção do investimento, que ainda permitirá a criação de condições para celebração de contratos a termo.

5.4.2 Contrato de Opção

O Contrato de Opção de Venda Público é uma modalidade de seguro de preços que dá ao produtor rural e/ou sua cooperativa o direito – mas não a obrigação – de vender seu produto para o governo, numa data futura e a um preço previamente fixado, fazendo parte da Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal (PGPM). Essa modalidade é lançada quando o mercado está abaixo ou com tendência

a alcançar valor menor que o preço mínimo e o governo tem interesse de sinalizar preço futuro para o mercado. Esse mecanismo tem potencial para proteger os produtores de feijão e pulses contra grandes variações de preços comuns no mercado.

5.4.3 Preço Mínimo

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) é uma importante ferramenta para diminuir oscilações na renda dos produtores rurais e assegurar a estes uma remuneração mínima, atuando como balizadora da oferta de alimentos, incentivando ou desestimulando a produção e garantindo a regularidade do abastecimento nacional. Tal instrumento pode ser utilizado para que o gestor público possa direcionar as variedades a serem produzidas a cada safra. O preço mínimo deve ser o indutor ou não do plantio de determinadas cultivares a cada safra. O Brasil tem o privilégio de colher até 03 (três) safras, estando muito próximo de alcançar produção interna nos 12 (doze) meses do ano. Por outro lado, em nível mundial, o hemisfério norte produz 80% de todo feijão em uma única safra colhida em outubro. Assim, o Brasil pode, entre julho e setembro, estimular os produtores a plantar as cultivares que terão melhor rentabilidade a partir do mês de outubro de cada ano, isto é, no mês de colheita no hemisfério norte.

5.4.4 Utilização de Sementes

As sementes fiscalizadas ou certificadas são usadas em menos de 15% das lavouras, ou seja, tirando o uso de sementes salvas, o restante são sementes piratas. O atual modelo de atuação governamental, ainda que sem perceber, vem sendo indutor desse processo pernicioso. É necessário, portanto, para aumentar a produtividade, que sejam tomadas as seguintes medidas:

1. Viabilizar condições para que, no futuro, o produtor tenha acesso à financiamento e seguro para custeio e posterior AGF somente contra apresentação da origem da semente fiscalizada ou certificada, guardados os direitos de reserva de parte da produção em conformidade com decreto já existente. A adoção dessa regra, quando factível, se dará escalonadamente em sincronia com o aumento de oferta de sementes;
2. Intensificar o controle sobre a produção e uso de sementes fiscalizadas/certificadas nas cadeias produtivas relacionadas aos feijões e pulses;
3. Desenvolver programa de produção de sementes para pulses, de modo a garantir quantidade suficiente à disposição dos produtores rurais, em

conformidade com o crescimento da demanda que se espera gerar a partir do presente Plano.

5.4.5 Grãos Exportáveis e Aquisições da Conab

Há necessidade de que a Conab, na formação de seus estoques, passe a direcionar a produção por meio de contratos de opção e AGF - Aquisição do Governo Federal - para cultivares de feijão-carioca, de escurecimento lento e plenamente disponível no mercado, os quais permitem o armazenamento sem perda importante na aparência dos grãos. Procedimento semelhante também deve ser adotado para os feijões exportáveis, como o feijão-vermelho, feijão-rajado, feijão-pinto (Tigre), feijão-branco e feijão-caupi, além dos pulses grão-de-bico, lentilha e ervilha.

Essa simples providência resultará em estancamento dos prejuízos advindos da aquisição de feijões que perdem valor de mercado quando armazenados. Também haverá menor demanda de intervenção governamental, uma vez que excessos de oferta serão facilmente exportados pela iniciativa privada.

Outra providência recomendada é que as compras da Conab, para programas de abastecimento social, na medida do possível, fiquem restritas aos alimentos com origem comprovada em sementes fiscalizadas ou certificadas. Essa medida não implicará em aumento de custo

para o produtor, mas sim em incremento de produtividade. Recomenda-se também que tal medida seja estendida, escalonadamente, para emissão do certificado fitossanitário dos feijões e pulses tipo exportação.

5.5 Internacionalização da Atividade

O agronegócio brasileiro foi o principal responsável para o saldo positivo da balança comercial brasileira. Segundo a CNA, as exportações do setor em 2017 corresponderam a 45% das vendas externas totais do país. De janeiro a outubro os embarques somaram US\$ 82 bilhões, ou seja, uma elevação de 12,2% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Somente a Índia irá passar de 3,6 para 10 milhões de toneladas consumidas por ano até 2020, compreendendo, além do feijão, os pulses lentilha, ervilha e grão-de-bico. A Ásia concentrará a demanda de proteína de origem vegetal, como também a de origem animal. Atualmente, multinacionais estão vindo da Índia e investindo no incentivo à produção de grão-de-bico e lentilha. A Embrapa pode e deve facilitar o apoio privado para pesquisas e adaptação de novas cultivares.

A China vem diminuindo sua produção de feijões, o que também tem aberto possibilidade de atender aos mercados antes por ela atendidos. E mais, o Brasil já está exportando para o Vietnã, com destino final do feijão-caupi à própria China. A China é o terceiro maior importador de feijões do Brasil, porém de forma indireta.



Espera-se a conquista de novos mercados por meio de acordos comerciais a serem celebrados pelo Brasil. É fundamental ao setor aprofundar os conhecimentos sobre os principais mercados de feijão e pulses pelo mundo. A participação em feiras e eventos impulsiona a busca de novos produtos e fornecedores, descobrimento de novas oportunidades de negócio, soluções para desafios globais e atualização com as últimas tendências no comportamento do consumidor.

Em 2016, os 2 (dois) principais importadores mundiais de feijão foram a Índia (US\$ 890 milhões) e Brasil (US\$ 289 milhões), com mais de 60% das importações brasileiras vindo da Argentina. Em 2017, as importações brasileiras reduziram-se em 65%, quando comparadas à de 2016, devido à melhora da safra interna.

As importações mundiais totais em 2016 foram de US\$ 3,831 bilhões. Os principais importadores, além do Brasil e Índia, foram os EUA, Vietnã e Japão – esses 5 (cinco) países responderam por mais de 45% do total importado no mundo nesse mesmo ano. Os principais exportadores mundiais em 2016 foram Myanmar (US\$ 1,125 bilhão), China (US\$ 652 milhões), EUA (US\$ 400 milhões) e Argentina (US\$ 369 milhões). Os referidos países, em conjunto, representaram mais de 60% das exportações de feijão no ano de 2016. As duas variedades mais comercializadas no mundo são o feijão-preto (SH 071333), com 45% do valor total, e o feijão-radiata (SH 071331), com 39%.

As ações de relações internacionais para a cadeia produtiva dependem de um serviço de inteligência competitiva, cujas diretrizes demandam a observação dos seguintes pontos:

1. Construção de banco de dados, contendo informações de produção, preços e consumo, dentro de um ambiente virtual único;
2. Promoção de estudos que promovam a diversificação de produtos para a indústria do feijão;
3. Benchmarking, via celebração de convênios de interesse e troca de experiência com outras entidades do agronegócio, que são organizadas e voltadas para a promoção de seu produto no mercado externo.

Recomenda-se, ainda, como estratégico e com forte apelo cultural, que o Ministério das Relações Exteriores - MRE e demais órgãos da estrutura administrativa federal, sempre que possível, incluam pratos típicos da culinária brasileira à base de feijão nas recepções para comitivas e chefes de estado estrangeiros, bem como nas comitivas e missões oficiais brasileiras, em especial aquelas com foco no mercado asiático.

5.6 Saúde Pública (Segurança Alimentar)

As leguminosas têm grande potencial de erradicar a fome, além de combaterem muitas enfermidades crônicas, como obesidade e diabetes. A Confederação Global de Leguminosas (Global Pulse

Confederation ou GPC), em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), por intermédio de sua Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), elegeu o ano de 2016 como o “Ano Internacional das Leguminosas”. Os benefícios sociais são amplos, em especial nos países em desenvolvimento. A GPC pede que as leguminosas sejam priorizadas em futuros programas de pesquisas agronômicas, assim como inseridas no centro das estratégias de segurança alimentar e nutricional dos governos.

As leguminosas de grãos secos ou pulses são, ainda, parte de a cesta básica alimentar usada pelo “Programa Alimentar Mundial” (World Food Programme), no tocante às estratégias de assistência alimentar.

Diversos indicativos, inclusive do Ministério da Saúde - MS, mostram que é crescente o consumo de feijões. Cerca de 7 (sete) em cada 10 (dez) brasileiros consomem feijão 5 (cinco) vezes por semana. Desde 1995, segundo a Embrapa, o consumo parou de decrescer, retornando ao patamar de 18 (dezoito) Kg per capita. Explicações para esse crescimento vão, desde a qualidade constante alcançada, até referências positivas na internet, com declarações de médicos e nutricionistas. Em suma, há boa receptividade para o consumo, mais, ainda, grande espaço para o seu aumento.

Nesse intuito, fazem-se necessárias ações nas escolas com os alunos, mas, também, com as merendeiras, que devem receber orientação sobre outras formas de apresentar os feijões às crianças. Crianças e adolescentes ainda perdem parte de sua saúde, quando passam a conhecer e se encantar com o fast-food. O bom hábito alimentar pode ser trabalhado nas idades de 6 (seis) e 7 (sete) anos na escola, preventivamente, para que não seja perdido mais tarde. As campanhas permanentes, em parceria com as entidades de representação da cadeia do arroz, visando a reativação da campanha da Embrapa “Par-Perfeito”, deverão ser realizadas pela iniciativa privada de forma continuada.

5.7 Melhorias na Legislação

Propostas de ajuste e aperfeiçoamento da legislação vigente são importantes para todas as cadeias produtivas do agronegócio, bem assim de outros segmentos a ele indiretamente ligados. Para a consolidação da cadeia produtiva do feijão e pulses é fundamental apoiar a discussão e aprovação de propostas de competência do parlamento, já em discussão no âmbito do Congresso Nacional.

Os assuntos de macroeconomia são relevantes, uma vez que envolve tributação, assunto esse de alta relevância para a cadeia do feijão, que possui polos produtores em todas as regiões do país, necessitando de

transporte e escoamento entre diferentes estados da federação.

Com vistas à manutenção e fortalecimento da sustentabilidade da cadeia produtiva do feijão, é imprescindível que a defesa de interesses, junto ao parlamento e tomadores de decisão governamental, priorize ações em prol da continuidade e reforma de parte do ordenamento jurídico atual, a saber:

1. Manutenção da “Lei Kandir”, que é fundamental para os produtores e exportadores, a qual estabelece a isenção da cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) e/ou que tem o objetivo de possibilitar que estados e o distrito federal, em deliberação conjunta, uniformizem as alíquotas do imposto sobre os produtos que compõem a cesta básica nacional;
2. A regulação do ICMS, por meio de leis estaduais, acarreta a existência de uma variação enorme de alíquotas, gerando alteração no preço das mercadorias entre as diferentes unidades da federação. Essa diferenciação em produtos essenciais, como alimentos, não se justifica, pois o valor de venda será determinado pela localização do estabelecimento no território nacional. Assim, é importante que o feijão, em seus diferentes tipos comerciais, e os demais alimentos

da cesta básica tenham alíquotas uniformes de cobrança do imposto;

3. Reforma na “Lei de Cultivares”, em discussão desde 2015, vem ao encontro do que propõe a cadeia produtiva do feijão, ao incluir ferramentas de combate à pirataria e à violação dos direitos de obtentor vegetal, e também aos delitos contra a propriedade intelectual.

5.8 Processamento e Industrialização

Produtos, ainda em fase de afirmação mundial, precisam vencer barreiras comerciais, de qualidade, aceitação e de garantias fitossanitárias. É importante, porém, paralelamente ao abastecimento externo de grãos, estimular a indústria nacional no desenvolvimento de produtos processados que geram valor agregado. A exportação de commodities agrícolas é realmente um grande negócio, mas visando à sustentabilidade e ganhos reais para a cadeia e setor, é imprescindível avançar, em todos os níveis, com alta produtividade e grãos de qualidade, embalagens e visuais modernos e competitivos, que permitam a rastreabilidade do produto da mesa ao campo.

O desenvolvimento de produtos derivados do feijão também é um nicho importante a ser desenvolvido. Além do feijão empacotado, citam-se o macarrão de feijão e a inovação da Embrapa Meio Norte, com a farinha de feijão-caupi. A biofortificação é uma forma de melhorar

o valor nutritivo dos alimentos e uma alternativa à tradicional farinha de trigo.

A internacionalização da cultura do feijão e pulses, in natura ou em forma de produto industrializado, demanda que sejam consideradas outras linhas de atuação abordadas no Plano, como investimento em pesquisa e inovação e infraestrutura e logística, visando à competitividade da cadeia produtiva brasileira.

5.9 Infraestrutura e Logística

Problema comum a todo setor agropecuário, a precariedade da infraestrutura e logística disponível no Brasil resultam em grandes perdas de renda ao produtor rural, com a diminuição da competitividade do produto nacional em relação aos produzidos em outras fronteiras.

O feijão, por ser cultivado em todas regiões brasileiras, sofre diretamente os impactos da ausência de um planejamento, de longo prazo, que traga segurança e redução dos custos de transporte entre as regiões produtoras e os centros consumidores internos e externos.

Os inúmeros fluxos internos de abastecimento, da produção até os pontos de empacotadores e cerealistas, demonstram a grande dependência do setor por vias que atendam consistentemente ao volume de carga e tráfego em seus diversos modais. Além dos fluxos e corredores logísticos para o atendimento à produção, a capacidade estática de armazenagem é bem inferior à

necessidade atual de produção de grãos. Ressalte-se, que muitos silos utilizados para o feijão são estruturas primariamente constituídas para atender às culturas de soja e milho, o que coloca a situação de armazenagem mais sensível para o setor. Na gestão de estoque pelos cerealistas, cooperativas e armazenadores em geral, é dada a preferência às culturas de grandes volumes, aumentando a pressão para agilizar os negócios entre os players do mercado.

Dentro dos diversos programas e diagnósticos elaborados pelo governo sobre o tema infraestrutura e logística, chama atenção 2 (dois) estudos que merecem destaque, por sua qualidade e complementariedade: o “Sistema de Inteligência Territorial da Macrologística Agropecuária Brasileira” implantado pela Embrapa Territorial, sob encomenda do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; e o trabalho intitulado “Corredores Logísticos e Estratégicos”, elaborado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPAC.

O sistema desenvolvido pela Embrapa Territorial/MAPA constitui uma ferramenta de levantamento de dados sobre os diversos fluxos de carga e variáveis de interesse do agronegócio, enquanto que o trabalho do MTPAC permite a avaliação da qualidade desses fluxos e as respectivas intervenções necessárias para melhorar o ambiente nos diversos modos de transporte terrestre.

A cadeia de feijão e pulses irá utilizar as experiências dos trabalhos elaborados pelo governo, para mapear os fluxos de escoamento da produção do setor em suas diversas origens e destinos. Esse levantamento permitirá conhecer e priorizar as intervenções necessárias à cadeia, mensurando seus impactos para uma avaliação criteriosa do planejador público quanto à pertinência de cada investimento demandado.

Em suporte às necessidades da cadeia dessas leguminosas, destacam-se duas ações julgadas prioritárias para o setor, conforme melhor explicitada na sequência.

5.9.1 Linhas de Crédito para Armazenagem

A respeito do assunto, é necessário estender também aos cerealistas o referido incentivo ao investimento em armazenagem. Atualmente, apenas produtores rurais e cooperativas dispõem de instrumentos de crédito, com juros e prazos adequados à atividade, enquanto o setor cerealista, que recebe, comercializa e empacota os produtos, não possui qualquer linha de crédito para fazer frente às necessidades de ampliação e reforma de estruturas de armazenagem existentes.

A armazenagem é tema sensível na cadeia do feijão e pulses em especial em razão da dificuldade em realização de estoques para controle de preços

e ganhos de escala e também no investimento em câmaras frias para armazenagem dos grãos, a exemplo do feijão-caupi e do carioca que possuem rápido escurecimento do grão, característica esta que influencia na perda de valor mesmo não interferindo na qualidade e nos nutrientes do alimento.

5.9.2 Cluster e Clubes de Exportação em Regiões Periféricas

As novas cultivares de pulses, como o grão-de-bico e as lentilhas, que estão ganhando espaço nas lavouras brasileiras, com potencial de crescimento no mercado interno e externo, estarão inicialmente distribuídas em diferentes áreas do país.

Até o conhecimento e difusão dessas culturas, entre os produtores de sementes e produtores rurais com maior representatividade por determinada região, será necessário que sejam organizadas representações comerciais por entidade, como o IBRAFE e Apex Brasil, objetivando um núcleo coordenado para auxiliar essas propriedades nas relações de compra e venda e nas opções mais competitivas de canais de exportação e compradores (empacotadores) no Brasil.

5.10 Boas Práticas Agrícolas e Agregação de Valor

A adoção das “Boas Práticas Agrícolas – BPA” é uma ferramenta importante para o

desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas, como a do feijão e pulses.

Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), as “Boas Práticas Agrícolas” são iniciativas que devem ser seguidas para se conseguir a sustentabilidade ambiental, econômica e social dentro da propriedade e nos processos de pós-colheita, que resultem em um alimento seguro e com qualidade.

A sustentabilidade agrícola é caracterizada como a capacidade de um ecossistema manter sua condição produtiva ao longo do tempo, com ou sem interferência humana. Também envolve o uso eficiente de insumos para reduzir os impactos ambientais. Com a adoção das “Boas Práticas Agrícolas” há a racionalização da utilização de insumos (agrotóxicos, fertilizantes, água, etc.), aperfeiçoamento do uso racional de recursos naturais, aumento da produtividade e rentabilidade no campo.

A capacitação dos produtores de feijão e pulses em BPA contribuirá para a produção sustentável dessas culturas, de forma a melhorar a qualidade do produto comercializado.

A adoção de sistemas sustentáveis de produção, como a “Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil)” e a “Integração Lavoura-Pecuária”, permitirá utilizar, de modo associado, as tecnologias disponibilizadas pela pesquisa, principalmente as que dizem respeito ao manejo e conservação do solo e utilização

racional de defensivos agrícolas.

Ao agregar valor a essas culturas, a cadeia produtiva do feijão e pulses eleva os padrões de qualidade e competitividade ao patamar de excelência requerido pelos mercados.

5.11 Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER

A adoção de “Boas Práticas Agrícolas”, na cadeia produtiva do feijão, depende da proposição de política pública direcionada de assistência técnica e capacitação continuada aos agricultores familiares - atuação conjunta com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD/ Casa Civil) - e aos médios produtores rurais, com o objetivo de promover a difusão de tecnologia produtiva nos empreendimentos agrícolas.

Por determinação legal, é atribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA articular e coordenar ações de “Assistência Técnica e Extensão Rural” aos médios produtores rurais - público prioritário para acesso ao PRONAMP. Nesse contexto, desde 2016 o MAPA vem atuando no sentido de avaliar a demanda por ATER do médio produtor, por meio de pesquisas de campo a partir de informações oficiais, e na elaboração de projetos decorrentes desses levantamentos, para execução via convênio com entidades estaduais.

Propõe-se, portanto, que o planejamento das ações para uma política de ATER,

no que se refere à cadeia produtiva do feijão, deverá contemplar o mapeamento e qualificação da demanda por ATER, definição de projetos prioritários por territórios e difusão do crédito (PRONAMP e ABC). Em resumo, como uma ferramenta de incremento da produção, fomento ao cooperativismo e associativismo para agricultores familiares e médios, formação e aperfeiçoamento de técnicos de empresas públicas de assistência técnica, e, por fim, para o monitoramento e avaliação dos projetos e ações, a fim de mensurar os resultados e avanços, e não apenas o esforço empreendido.

5.12 O Arroz como Parceiro do Feijão

O setor industrial orizícola é um importante aliado na execução do presente PNDCFP, na medida em que, além de possuírem demandas setoriais em comum, arroz e feijão, juntos, constituem a base da alimentação do brasileiro, sinônimo de segurança alimentar e saudabilidade.

A pesquisadora da Embrapa Arroz e Feijão, Dra. Priscila Z. Bassinello, destaca que, além da importância social e econômica, os cereais são boas fontes de diversos nutrientes essenciais à adequada saúde humana, dentre os quais se destacam as proteínas, carboidratos, minerais e fibras.

O Brasil é o 3º maior produtor mundial de arroz, perdendo apenas para países asiáticos e África. A produção brasileira de arroz, safra 2017/2018, está estimada em 11,7 milhões de toneladas, para

um consumo previsto de 12 milhões de toneladas, segundo dados do “5º Levantamento de Safras/2018”, da Conab. A previsão é de uma equivalência no quantitativo de importação e exportação do produto, no patamar de 1 milhão de toneladas. A produção do cereal está basicamente concentrada nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (cerca de 80% do total produzido no país), havendo, também, consolidada produção de arroz sequeiro nos estados do Tocantins, Mato Grosso e Maranhão.

Preocupa, sobremaneira, a redução do consumo de arroz em função de novos hábitos alimentares, juntamente com a propagação de informações errôneas acerca da funcionalidade do cereal. O incremento do consumo, aliado à qualidade vegetal e formatação de políticas públicas de interesse, com vistas à sustentabilidade dessa cadeia produtiva, são demandas comuns aos setores do arroz e feijão.

Dentre os temas comuns às duas cadeias, destacam-se a relevância de políticas para o aumento do consumo dos cereais, maior desenvolvimento de pesquisas científicas afins, busca pela qualidade e rastreabilidade dos produtos, aperfeiçoamento na classificação de tipo dos grãos, além de simplificação tributária e questões relacionadas à exportação e imagem dos produtos no mercado externo.

Agro+

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO

